

O TRIFEIRO



O MUSEU NACIONAL DA IMPRENSA, JUNTO À LIGAÇÃO DO PORTO
COM GONDOMAR E ENTRE-OS-RIOS (COLECCÃO DO MUSEU)

SUMÁRIO

- 66 MUSEU NACIONAL DA IMPRENSA
UMA FÁBRICA DE IDEIAS NA MARGEM DO DOURO
por João Carvalho
- 72 ANTÓNIO NOBRE OU «SÓ»
por Armando Pinheiro
- 80 A PRAÇA DA LIBERDADE
E A ESTÁTUA EQUESTRE DE D. PEDRO IV:
UM PERCURSO E UM EXCURSO.
A PROPÓSITO DE UM PROJECTO
por José A. Rio Fernandes
- 85 TRANSPORTES NA CIDADE
EVOCAÇÃO DA COMPANHIA CARRIS EM 1903
por Jorge Fernandes Alves
- 90 FERNANDO AGUIAR BRANCO
DOUTOR HONORIS CAUSA
PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
por J. Alves
- 92 VIDA CULTURAL
- 95 ACONTECEU HÁ 50 ANOS

PROPRIEDADE: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO

SEDE: Rua do Farol — Monte da Luz, 5
Telefs. 22 610 23 28 / 22 615 42 83 • Fax 22 615 42 84
4150-509 Porto

ADMINISTRAÇÃO: Eng. Vergílio Fothadela Moreira (Presidente)
Eng. Francisco de Almeida e Sousa (Administrador)
João Ruy Ribas dos Santos (Administrador)

DIRECÇÃO: Dr. F. Almeida Conde (Director)
Dr. Augusto Canedo (Director Adjunto)

CONSELHO DE COORDENAÇÃO: Dra. Maria do Pilar Garcia
Dra. Alexandra Fernandes, Dr. José Fragoso, José Leão

Depósito Legal n.º 11457/86 • Registo na D.G.C.S. n.º 107643

Revista Mensal • Preço: 850\$00 • Assinatura Anual: 8.500\$00

EXECUÇÃO GRÁFICA: UNIARTE GRÁFICA • PORTO

DISTRIBUIÇÃO: MÁRIO DA SILVA BRAGA, LDA.
Rua Duque de Terceira, 271 - 4000 PORTO

TIAGEM: 5000 EXEMPLARES

7.ª SÉRIE • ANO XX • NÚMERO 3 • MARÇO 2001

PATROCÍNIO: ~~SECRETARIA~~ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

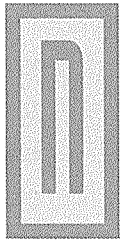
NUCLEO DE PERIODICOS

FLUP-BIBLIOTECA()



765383





UM período em que a área central da cidade do Porto atravessa uma profunda transformação do espaço público, penso valer a pena, a propósito do projecto desenvolvido para a Praça da Liberdade por Álvaro Siza Vieira, lembrar alguns dos traços essenciais do percurso histórico deste espaço e percorrer um pouco em torno da alteração do local e posição da estátua equestre de D. Pedro IV.

Registe-se, antes de mais, a importância simbólica da praça e da estátua: uma importância consolidada no tempo, pelas transformações que a cidade viveu no século XIX e primeiras décadas de XX. Para além do significado do tempo na compreensão do espaço, de que trataremos adiante, tomemos também o espaço como elemento marcante na individualização do território e no seu desenvolvimento.

Nesta dimensão, registe-se como elemento essencial de referência que o Porto não é uma cidade de grandes praças, nem as usa e vive intensamente, preferindo espaços privados de uso colectivo, como as salas das casas de residência e os bares, os restaurantes, os cafés, os cinemas e as discotecas. A praça tem no Porto um carácter essencialmente simbólico, associado à dimensão formal e à sua participação no enriquecimento da paisagem urbana. Vivencialmente, a praça é em regra um espaço pobre, mesmo quando ajardinado ou enriquecido por ornamentos, ou por quaisquer peças de mobiliário urbano. O seu uso está normalmente associado a uma função relacionada com a circulação de peões e mais ainda de automóveis. De facto, são muitas (quase todas...) as praças em que a placa central é (ou era, antes de intervenções recentes, ou em curso), um mero dispositivo de ordenamento da circulação automóvel.

A Praça da Liberdade, a mais central e emblemática, é também porventura aquela que mais atafalhada está de sinais de trânsito e de outras indicações ao automobilista, com a placa central reduzida a um espaço estranhamente ovóide e ínfimo, condenado a actuar como um simples separador de tráfego e intervalo de segurança na passagem de alguns peões. É certo que é ainda para

A PRAÇA DA LIBERDADE E A ESTÁTUA EQUESTRE DE D. PEDRO IV:

UM PERCURSO E UM EXCURSO, A PROPÓSITO DE UM PROJECTO

esta praça que convergem as grandes manifestações — a celebrar uma especial vitória do FC Porto, a passagem do século, ou mais um S. João —, todavia, longe vão os tempos da sua gloriosa identificação com o incontestado centro da cidade, nos domínios os mais variados, do social ao simbólico, do político ao económico, an-

tes do reforço urbano e urbanístico de outras parcelas urbanas da metrópole e do aro metropolitano (Boavista, Matosinhos, Maia, ...) e da constituição de «novas cidades» em gigantescos «contentores» (os centros comerciais)⁽¹⁾.

Na evolução da cidade, a praça é recente. Intensamente preenchido o interior da muralha gótica, a mancha urbana do Porto apenas se expandiu com alguma expressão para lá do recinto fortificado por D. Afonso IV (salvo no caso especial de Miragaia, ou de pequenos trechos construídos ao longo das estradas de relação regional), já entrado o século XVIII. Neste pro-



ESTÁTUA EQUESTRE DE D. PEDRO IV, NA PRAÇA DA LIBERDADE
FONTE: PORTO DE ENCONTRO, Nº 27, NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 1998



A PRAÇA DA LIBERDADE, A AVENIDA DOS ALIADOS E A PRAÇA GENERAL HUMBERTO DELGADO, COM A ESTATUA DE D. PEDRO NO CENTRO DE UMA PLACA DE SEPARAÇÃO DE TRÁFEGO, PAVIMENTADA A CALCÁRIO E BASALTO

cesso de avanço para fora de muros, a Praça Nova das Hortas (que corresponde aproximadamente à actual Praça da Liberdade) foi um dos primeiros de vários aproveitamentos urbanos de tipo praça, dos espaços livres situados na proximidade das principais portas, desenvolvendo-se junto à Porta de Carros pela vontade de D. Tomás de Almeida (1711), tal como próximo da Porta de Cimo de Vila se vieram mais tarde a constituir, na saída para Penafiel e Vila Real, as praças da Batalha e Santo Ildefonso e junto à Porta do Olival, o Campo dos Mártires da Pátria (Cordoaria) e as praças de Gomes Teixeira (Leões) e Carlos Alberto, na saída para Viana e Braga.

Havia já algum tempo que existia o propósito de expandir a cidade para Norte e de estruturar-se essa expansão com a construção de importante praça. Realizou-se mesmo um projecto ambicioso no século XVII, por iniciativa do Cabido, para a criação de um amplo espaço público de formato quadrangular, cuja concepção se acredita ter recolhido inspiração na Plaza Mayor de Madrid. A praça vem contudo a constituir-se em dimensões mais modestas e menos rígidas no seu plano, ocupando um espaço cedido pelo Cabido à Câmara,

ditado das hortas do bispo, limitado a Oeste pelas traças dos prédios voltados à Rua de Entre Vendas (situada a nascente da Rua Nova das Hortas, actual do Almada) e a Este pelo Convento de Santo António da Porta de Carros (ou dos Congregados de S. Filipe de Nery), terminado em 1680. Define a sua dimensão e acrescenta significado simbólico, com intervenções nas fachadas Norte e Sul. Nesta, dá-se a reestruturação e abertura a Norte do Mosteiro de Sto. Elói — decorrente do acordo com a Câmara para a abertura do largo que toma o nome dado aos frades (os «lóios») —, enquanto se encerra a praça no topo Norte através da construção de duas casas apalaçadas que viriam mais tarde a ser ocupados pela Câmara: a primeira em 1819 (três anos depois da sua compra) e a segunda 50 anos depois, para alargamento das instalações da administração municipal.

No período conturbado da primeira metade de Oitocentos, a praça assiste à morte pela força de rebeldes liberais (os «mártires da liberdade»), celebrada pelo clero das varandas dos mosteiros (1829). Depois do triunfo de D. Pedro IV sobre as tropas fiéis ao seu irmão Miguel, aí se celebra o triunfo com significativas altera-

ções que reforçam simbolicamente a sua importância na cidade, estas decorrem, em boa parte, da extinção das ordens religiosas por decreto do rei de 1834 e da correlativa ascensão da burguesia: destacam-se as resultantes da passagem à posse de «brasileiros de torna viagem» dos mosteiros de Sto. Elói e dos Congregados, transformados por forma a permitir a abertura de estabelecimentos comerciais no rés-do-chão e a ocupação dos andares superiores, reforçando a importância socioeconómica da praça.

Em meados do século XIX, com as ruas dos Clérigos e Santo António rematadas por imponentes igrejas, com a Câmara no topo Norte e alguns dos melhores estabelecimentos da cidade no seu lado Sul (prestigiados pela posse por estrangeiros e pela existência de montras), a praça é um espaço simbolicamente destacado e economicamente importante. Afirma-se também como local de encontro, seja dos rebeldes românticos e dos literatos, no Café Guichard ou na Livraria Moré, dos muitos que vêm a comprar ou vender os seus produtos nas diversas feiras, mercados ou estabelecimentos comerciais, ou dos que procuram simplesmente a pequena notícia, o contacto com a novidade, ou tão só apreciar o movi-

mento, como os membros do auto-designado «Real Clube dos Encostados», assíduos frequentadores do «Pasmatório dos Lóios», no Passeio «da Cardoso» (ou Cardosas, do nome da mulher ou das filhas do primeiro proprietário após o abandono do mosteiro pelos frades de Sto. Elói).

A afirmação da cidade e a sua influência sobre uma envolvente regional que o caminho-de-ferro e as melhorias das estradas permitirá reforçar, permite compreender melhor o aumento da importância da praça, situada no encontro de encostas de uma pequena ribeira que se urbanizam, expulsando feiras e acolhendo estabelecimentos comerciais, para a qual todos os percursos parecem desaguar, seja a partir das diligências que chegam a Carlos Alberto e à Batalha, seja no destino ou passagem dos diversos percursos que se fazem a pé, de mula, ou carro de bois, ou desde S. Bento, aonde chega o comboio em 1900. Para além de se afirmar no vale fechado entre os dois lados da Baixa, a praça afirma-se também à cota alta, por contraponto à cidade consolidada dos tempos pré-industriais (hoje Centro Histórico), que é significativamente desvalorizada pela exiguidade da generalidade das ruas, pela degradação de muitos



PRAÇA COM ESTÁTUA E PRÉDIOS DA CÂMARA

dos edifícios e pela estagnação e decadência de boa parte das unidades de fabrico e venda de produtos artesanais, as quais suportam com dificuldade a concorrência das fábricas da periferia e dos estabelecimentos comerciais da Baixa.

Entretanto, o espaço que a maioria conhece apenas como «a praça», numa prova da sua notável relevância na cidade⁽²⁾, recebe em 1866 a estátua equestre de D. Pedro IV, realizada em bronze pelo belga Anatole Calmels. Em boa parte financiada por subscrição pública, simboliza desde então a associação da cidade ao rei-soldado que batalhou pela Carta Constitucional e pelo ideário liberal contra o conservadorismo absolutista, no Porto que foi alvo de um cerco (1832 e 1834) que reforçou o seu orgulho de defensor da liberdade.

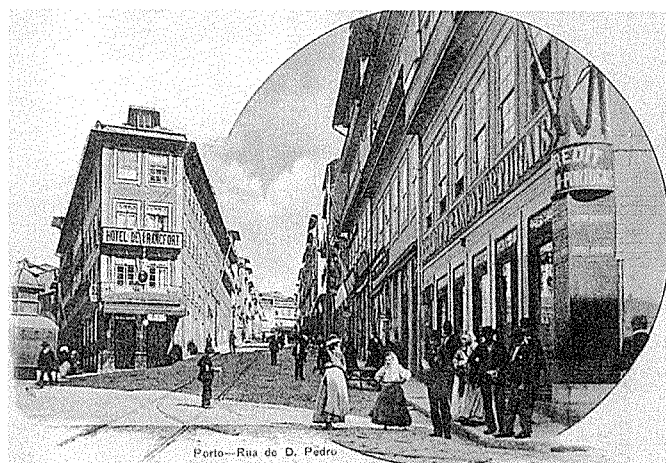
Ao longo do século XX, a praça atingiu o seu auge, enquanto referência da Baixa do Porto e, a partir dos anos 80, assistiu também ao início da sua decadência, sobretudo visível em termos relativos, face às dinâmicas vividas por espaços metropolitanos. Primeiro foi a abertura da Avenida dos Aliados (1916), que levou à demolição do Bairro do Laranjal, dos edifícios barrocos onde estava a Câmara e do prédio do Hotel de Francfort, entre tantos outros. Seguiu-se a construção de edifícios imponentes, para sedes e filiais bancárias, ou para a multiplicação de estabelecimentos de comércio e restauração e de escritórios de grandes empresas ou de profissionais liberais, num processo de enobrecimento formal e funcional que culminou com a abertura dos novos Paços do Concelho em 1956 e a construção já na década de 70 do edifício da Central de Correios.

Nos últimos anos, a pouco e pouco, a praça transformou-se num espaço caracterizado sobretudo pelo seu papel de suporte e orientador de tráfego. Os poucos que a utilizam como peões, atravessam-na apressados, sem tempo, nem condições mínimas que os levem a utilizá-la como espaço de estar e de interacção social. Daí que se compreenda e se anseie por uma intervenção urbanística, que virá a ser delineada como uma das muitas previstas/em curso/realizadas no contexto de uma operação alargada na Baixa (associadas ou não à condição do Porto como Capital Europeia da Cultura em 2001).

Relativamente à proposta, não se questiona o essencial do projecto de Siza Vieira que propõe a reposição de um formato regular para a placa pedonal central e o

alargamento dos passeios frente às fachadas Este e Oeste, com inequívocos ganhos da capacidade potencial de espaço de estar e de sociabilização. Todavia, importa lembrar que, em todas as inúmeras e mais ou menos profundas transformações que este espaço viveu desde a sua abertura há quase três séculos — de que a mais significativa constituiu a demolição dos prédios da Câmara e a abertura da Avenida dos Aliados —, nunca a estátua se moveu, nem que se saiba se pensou em alterar o seu posicionamento. Pelo que, se na intervenção por certo que fará todo o sentido valorizar a estátua equestre de D. Pedro IV — tanto mais que esta foi mutilada (numa das muitas celebrações portistas), tendo sido subtraída a espada ao rei que corajosamente regressou do Brasil para defender no Porto os Ideais da Igualdade, Fraternidade e Solidariedade —, bem mais discutível é procurar fazer essa valorização através da alteração do local e da orientação da estátua que, desde sempre, mesmo quando a Câmara se situava a apenas escassos metros, esteve à frente desta. Alterar como se propõe esta relação, voltando D. Pedro IV para a Câmara, por mais equilibrada arquitectónica e urbanisticamente que seja a solução, é uma solução muito discutível, que não parece respeitar — como deve — a memória do rei, opondo-o à sede do poder da cidade que amou e de costas voltadas ao inimigo⁽³⁾.

Por certo que se percebe e aceita que a cidade não pode ser museificada, através da multiplicação dos espaços e dos elementos intocáveis⁽⁴⁾. Esse seria o caminho para o lento desaparecimento de tudo o que fica por detrás do cenário que talvez apenas alguns turistas possam apreciar, assim como para a afirmação hegemónica da «outra cidade», a cidade fragmentada dos condomínios fechados, dos *shoppings*, dos *business centers*



A DESAPARECIDA RUA DE D. PEDRO, VISTA PARA NORTE, A PARTIR DA PRAÇA DE D. PEDRO — FONTE: O PORTO. MEMÓRIAS, VOL. 1, CMP, 1992



PLANTAS DA SITUAÇÃO ACTUAL E DO PROJECTO DE SIZA VIEIRA
 FONTE: SOCIEDADE PORTO 2001, S.A.

e dos parques temáticos. Todavia, não pode também a cidade negar e maltratar o seu passado, sob pena de se estandardizar, por entre soluções estética e politicamente correctas de cubo, micro cubo e lajedo (ditas do «tipo IPPAAR»), elementos internacionais de mobiliário urbano e marcas comerciais, todos de tal forma iguais que tornam a cidade mais pobre, ao perder a riqueza da diversidade que marca os diversos espaços que a compõem e ao se tornar mais parecida com tantas outras de todas as partes do mundo. Banalizada e empobrecida, deixaria um pouco de ser a cidade que nós (re)conhecemos e com a qual nos identificamos.

O equilíbrio é difícil, perpetuamente alterável e por certo que nunca consensual, face à pluralidade de posições possíveis, entre dois extremos: o da nostalgia ferrozmente conservadora e o do modernismo simplesmente demolidor. Mas, independentemente do nosso posicionamento, no geral e nos diversos casos particulares com que somos confrontados, parece haver elementos da memória que justificam especial cuidado e consideração, no sentido da sua protecção e valorização. O rei no seu cavalo é ou deve ser um deles, em respeito a quem, sendo rei no Brasil e em Portugal, ofereceu ao Porto o seu coração. Por isso se espera que D. Pedro IV se mantenha no seu sítio e voltado a Sul, à frente da «sua» cidade. E que, já agora, se lembre o Porto de dar o seu nome a uma rua ou praça, já que a abertura da Avenida dos Aliados conduziu ao desaparecimento da Rua de D. Pedro e a implantação da República levou a que se designasse da Liberdade aquela que foi a Praça de

D. Pedro IV desde 1833 até 1910⁽⁵⁾, sem que se reparasse a injustiça de não lembrar na toponímia o rei que ela acolheu e com o qual se bateu corajosamente pela vitória do ideário liberal em Portugal.

JOSÉ A. RIO
 FERNANDES

NOTAS

(1) Sobre o comércio e a sua ligação à cidade, ver José A. Rio Fernandes — *Porto: comércio e cidade*, Porto, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1997.

(2) Como muito bem sublinha Alberto Pimentel, em alguns dos seus belos textos sobre o Porto de finais de Oitocentos.

(3) Talvez que, a alterar-se a posição da estátua, se devesse equacionar a sua colocação mais a Norte, próximo do local ocupado antes de 1916 pelo edifício principal da Câmara, onde teria maior desafogo. E por falar em estátuas, para quanto o tratamento digno da estátua do Porto, que encimava os Paços do Concelho e que está hoje perdida nos jardins do Palácio de Cristal?

(4) Neste contexto, devem rejeitar-se as críticas fáceis — e simplistas — de que as intervenções nas praças da Baixa são uma «dança de cavalos». Todavia, como se disse e se relembra, não é menos importante considerar outros valores que não apenas os estéticos na movimentação de alguns elementos escultóricos (como no caso da estátua equestre de D. João VI, da qual se desconhece o destino, nem se o rei se manterá de frente para o Brasil, como é desejável, ou agora voltado para a União Europeia...).

(5) A alteração não sofre hoje contestações e honra a tradição da cidade (ver Francisco Ribeiro da Silva — *Porto: trajectória de uma cidade livre*, Porto, *O Tripeiro*, VII série, ano XVI, nºs 6/7, pp. 176-182).